

## RELATO DE EXPERIÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E HUMANIDADES memorial e capacitação em direitos humanos para a transformação social

**Marcelo Calderari Miguel<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
marcelo.miguel@edu.ufes.br

**Luiz Carlos da Silva<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
luiz.c.silva@edu.ufes.br

---

### Resumo

A Arquivística é uma área cativante e motivadora de conhecimento. Isso se justifica por diversos motivos: a missão bibliotecária visa envolver a competência em informação para públicos em vulnerabilidade social, a busca por uma formação continuada, as maneiras de democratizar o acesso à informação que frisam que a pessoa bibliotecária se insere na cultura do privilégio. Merece destaque o fato de que o fazer profissional da arquivística perpassa todas as demais áreas do conhecimento, colaborando na organização e disseminação das informações produzidas em quaisquer campos científicos, o que viabiliza, naturalmente, a aquisição de conhecimentos variados por parte do recém-formado arquivista. A partir dessa afirmação, este artigo relata a participação do recém-formado arquivista no curso de 'Direitos Humanos para Transformação Social'. Discorre que profissionais da área de ciências sociais aplicadas encontram boas oportunidades ao se especializar nesse campo. Ao final, se atestam as contribuições da experiência, mencionando os benefícios alcançados na construção de uma linguagem mais humanizada – o homem transmite essa linguagem, cria sentido, comunica, prospectando a construção da paz e a defesa da vida nas comunidades.

**Palavras-chave:** Prática profissional. Direitos Humanos. Agenda 2030. Memória. Arquivista recém-formado.

### REPORT OF ARCHIVAL AND HUMANITIES EXPERIENCES memory and training in human rights for social transformation

#### Abstract

Archival Science is a captivating and motivating area of knowledge. This is justified for several reasons: the librarian mission aims to involve competence in information for publics in social vulnerability, the search for continued education, ways to democratize access to information that emphasize that the librarian is part of the culture of privilege. It is worth mentioning the fact that the professional practice of archiving permeates all other areas of knowledge, collaborating in the organization and dissemination of information produced in any scientific field, which naturally enables the acquisition of varied knowledge by the newly graduated archivist. Based on this statement, this article reports the participation of the recently graduated archivist in the course on 'Human Rights for Social Transformation'. It argues that professionals in the field of applied social sciences find good opportunities to specialize in this field. In the end, the contributions of the experience are attested, mentioning the benefits achieved in the construction of a more humanized language - man transmits this language, creates meaning, communicates, prospecting the construction of peace and the defense of life in communities.

**Keywords:** Professional practice. Human rights. Agenda 2030. Memory. Newly graduated archivist.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Brasil; Bibliotecário-Documentalista, poeta e bancário.

<sup>2</sup> Professor permanente da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Brasil. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, - UFMG, Brasil.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 353-362, Mar./Ago. 2023.

## 1 INTRODUÇÃO

Construir a vivência profissional e pessoal com talento representa um longo processo, permeado por um conjunto de atividades, decisões complexas e sociabilidades. O percorrer das trilhas da educação continuada, do desenvolvimento profissional e a aprendizagem ao longo da vida é um processo educacional, que é um componente essencial para sucesso das pessoas e das instituições.

O encontro desses profissionais traz à pauta fatores influentes para se pensar a arquivística como esferas sociais e dinâmicas. É bem evidente que o recém-formado arquivista engajado nessa missão tem um campo de atuação amplo. É claro que outros fatores também se manifestam, mas, de qualquer forma, defendemos a tese de que preservar o cunho liberal e humanista da profissão, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana é o maior legado para o desenvolvimento e sucesso de um profissional.

Assim, o presente relato de experiência comunga da ideia de uma arquivística social, crítica e progressista. A satisfação pode desencadear novas oportunidades para recém-formado arquivista s escolares, principalmente, provocando o aperfeiçoamento do indivíduo, na medida que ele busca ampliar seus conhecimentos e, para isso, a dedicação à capacitação é de fundamental importância e interfere, intensamente e diretamente, na práxis como meio de formação humanística e humanização.

Diante desse painel é preciso desmistificar certos preconceitos a respeito de muitas profissões, sobretudo quanto a essa área da arquivística que muito evoluiu nas últimas décadas e, que abundantemente pode contribuir para o desenvolvimento social da nação. Se de um lado as práticas bibliotecárias datam de tempos imemoriais, de outro, cotidianamente englobam a integração inter e multidisciplinar para se reinventarem diante das tecnologias que prosseguem. Assim, frisa a fala de Costa e Lima (2012) ao conferir que essa profissão [sendo o Arquivista o profissional de nível superior, com formação em Arquivologia, que organiza, planeja, gerencia e disponibiliza os documentos e as informações] é uma das mais importantes que se pode imaginar.

A partir dessas considerações, este artigo objetiva relatar as principais atividades observadas pelo recém-formado arquivista s escolares, que participaram do curso de Direitos Humanos para Transformação Social, no primeiro semestre de 2022. O conteúdo do treinamento foi desenvolvido pelo Ministério de Relações Exteriores da Noruega e o Conselho para Cooperação Internacional da Suécia. Assim, o material utilizado no curso foi produzido com ajuda de grupos em diversos países, tais como Egito, Quirguistão, Jordânia, Tanzânia,

Índia, Siri Lanka e Nigéria, além de países europeus onde se aborda o paradigma internacional de Direitos Humanos da ONU. Vejamos a seguir algumas práticas e momentos trilhados no decorrer dessa trajetória de aprendizagens mútua - num processo construído e reconstruído continuamente.

## 2 UM BREVE DISCURSO TEÓRICO

A aprendizagem não se inicia com a formação dentro da academia de ensino superior e em espaço de Educação formal. Ao contrário, a aprendizagem é iniciada na socialização primária/secundária, perpassando toda a vida universitária e profissional, considerando a necessidade de educação continuada demandada pelo mercado de trabalho da atualidade.

Sendo assim, Freire (2006) corrobora ao apontar que a interação entre o fazer docente e o aperfeiçoamento profissional, como também defende a necessidade de reconhecimento acerca dos papéis exercidos por discentes/docentes, ao situar três pilares imprescindíveis que devem sustentar a prática docente, que são: 1 - consciência de si e do outro; 2 - a corporificação do “eu social” (ser democrático); e 3 - a instrumentalização do fazer profissional (conhecimento teórico-prático).

No contexto institucional sabe-se que há a tecnologia cada vez mais reduzindo as distâncias e facilitando o acesso à informação/serviços. Por outro lado, temos atores em nosso País e em todo o mundo que continuamente representam uma ameaça notável às pessoas mais humildes para que não usufruam dos direitos humanos básicos:

Estes são direitos universais que protegem indivíduos e grupos contra ações que possam interferir em suas liberdades e dignidade. Ou seja, [...] uma das características dos direitos humanos é o seu caráter coletivo. É a alteridade influenciando as formas como se estabelecem as relações sociais entre povos de uma mesma cultura e também de maneira intercultural. Busca-se, por conseguinte, validar as garantias fundamentais humanas contra todo e qualquer tipo de violação [...]. Sempre que ocorrem atrocidades em escalas mundiais, como atos terroristas, chacinas ou mesmos crimes bárbaros que ganham grande comoção pública, os debates sobre os direitos humanos vêm à tona e ganham ainda mais destaque. O tema ultrapassa, assim, os espaços acadêmicos e jurídicos alcançando as mais diferentes camadas populares. Romper com alguns mitos e preconceitos torna-se de suma importância, considerando a relevância dessa questão para o bem-estar comum. Afinal, reconhecer o seu valor é respeitar a diversidade e as diferentes configurações de modos de ser e de gestar a vida humana (SOUZA, 2019, p.1).

Ainda mais quando as camadas mais pobres da sociedade da América Latina são profundamente afetadas. Nesse contexto, as bibliotecas, os arquivos e os museus têm um desafio natural, porém, a escassez de recursos dificulta tudo. Nesse cenário, tem grande importância a questão de documentar violações dos direitos humanos – portanto, é direito e dever de todo cidadão denunciar violações aos direitos humanos. Isso vem oferecer melhorias no modo de agir (transformar) e se pensar em políticas públicas.

As violações dos direitos humanos devem ser documentadas para se resolver processos de ocupação e conflitos em torno dos povos indígenas, dos negros, da migração e imigração, da desigualdade social e de diversas outras possibilidades que não se abre para a visibilidade das pessoas com deficiência, das populações em situação de rua, a vulnerabilidade das pessoas idosas, das pessoas em restrição de liberdade, da população LGBTQIA+, dos povos e comunidade tradicionais (ciganos, quilombolas, indígenas e outras comunidades) e das crianças e adolescentes. Assim, todos têm a ganhar.

### 3 MÉTODO DA PESQUISA

356

A experiência relatada neste texto refere-se a um relato de experiência, vivida por recém-formado arquivista s escolares, atuante como pesquisador na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Trazer o tema Direitos Humanos para Transformação Social pode parecer capcioso, mas é central no atual momento político do Brasil – o país foi incluído em ranking de países onde a situação dos direitos humanos é considerada ‘preocupante’ e o Comitê de Direitos Humanos da ONU encaminhou alguns documentos com questões tenebrosas (por ameaças à democracia e aos direitos humanos) no governo Jair Bolsonaro (CHADE, 2022).

Neste estudo, o interesse é compreender o desenvolvimento pessoal dos participantes, recontá-lo e reconstituí-lo, a ponto de identificar as experiências que o influenciaram. Por esse motivo, a narrativa na forma de história de vida e de formação foi a via que permitiu relatar a experiência, reconstruindo os sentidos, dando significado a temática da capacitação que converge em diálogos e conexões interdisciplinares. Assim, entende-se que falar de documentação e memória na Arquivística é se encantar com mundos e com o mapear de algum processo histórico-cultural de formação social, a cultura de um grupo ou direito como espaço.

Destarte, os trechos vivenciados e relatos são uma forma de autointerpretação, de compreensão e de expressão que levaram a uma compreensão de como os participantes deram sentido ao que fizeram (BOLÍVAR; DOMINGO; FERNÁNDEZ, 2001). O fio condutor que

estabelece e sustenta a análise perpassa por experiências acontecidas na formação, e o significado que as experiências passaram a adquirir para o narrador. Esse cenário cativa àqueles que se colocam a serviço da disseminação da informação e geração de conhecimentos, no intento de materializar uma sociedade democrática e cidadã.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: CONTEÚDOS ABORDADOS E ATIVIDADES

Esta seção apresenta um relato de experiência e tem como principal objetivo treinar os interagentes e capacitá-los para agirem em seus contextos locais no enfrentamento dos desafios socioeconômicos de suas regiões. Consta que o curso de Direitos Humanos para Transformação Social aborda assuntos necessários à prática bibliotecária em unidades de informação, sejam elas físicas ou digitais. Especificamente, a capacitação viabiliza aos participantes a possibilidade de conhecerem as estratégias para documentar a violação aos direitos humanos. Destaca-se que um dos principais objetivos de um profissional da informação é contribuir no planejamento de recursos informacionais e mediar informações em todas as dimensões da vida e, assim,

No nosso entendimento, a vida se reparte em quatro fases, vividas nos seguintes períodos: dos 0 aos 30 anos, 31 aos 60 anos, 61 aos 80 anos e a dos 81 aos 100 anos, esta última chamamos de “quarta idade”. Mas a vida não é só o corpo ou o espírito, ela pode ser pensada sob seis dimensões que seriam: “física” (corpo humano); “intelectual” (conhecimento); “emocional” (controle dos sentimentos); “social” (relação com o nosso exterior); “afetivo” (relação com as outras pessoas); e o “espiritual” (relação com as forças e energias sobrenaturais). Percebemos que estas dimensões atingem os seus ápices em diferentes momentos da nossa existência (NASCIMENTO; CULLETON, 2014, p. 1).

Assim, a documentação dos direitos humanos envolve a organização e disseminação da informação, tendo em vista, incorporados aos acervos das unidades de informação, os itens: matérias produzidas, relatos orais, imagens e outros tipos possíveis de recursos. Frisa-se ainda, que a serviço da sociedade, ter uma postura democrática, dialógica e pautada na pesquisa e consolidar práticas de ensinar aprendendo são características que se erguem no âmbito da arquivística (ANNA, 2017).

Isto envolve atividades realizadas no decurso da atuação como profissional ou não, as diversificadas, os direitos de sujeitos e grupos socioculturais considerados diferentes do ponto de vista de suas características étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras, como apontam Fernandes e Candau (2022). E, assim, o curso em questão oportunizou a

possibilidade de pensar nessas vivências, como dinâmicas em que os participantes dramatizaram situações em que ocorrem violações aos direitos humanos.

As práticas de mediação informacional tornavam-se mais dinâmicas e flexíveis no decorrer da capacitação, de modo a motivar os participantes a se engajarem nas atividades, sentindo-se comprometidos com a temática; para que, como dizia Freire (2006), tanto os discentes quanto o professor, fossem vistos como partícipes do processo de produção de conhecimento.

Sendo assim, foi solicitado aos participantes pensarem em palavras que sinalizassem a questão “o que precisamos para viver a vida feliz?”. Nessa dinâmica, busco interpretar valores socialmente diferenciados para a visão da vida, realizando um exercício de alteridade (agir com empatia, respeito e tolerância). No momento posterior, foi aberto espaço para a escuta ativa – que é quando, durante o diálogo, quem ouve volta toda a atenção para o diálogo exclusivamente e, assim, mantém a conversa eficiente, possibilitando compreender todas as falas do outro colega sem interrupções.

O mediador da capacitação solicitou também a leitura de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Nessa atividade, dando sequência a anterior, sendo uma etapa transformadora para a concepção de um mundo melhor, alocamos a palavra sobre o que ‘precisamos para viver uma vida feliz’ em uma mesa que continha 30 folhas, das quais uma continha um artigo da DUDH. Tudo (os Post-it, notas e as expressões da vida feliz) foi alocado nessas folhas da DUDH – ou seja, o que precisamos para ser feliz contempla nossos anseios e, dessa forma, essa reflexão foi elaborada com a participação e lutas de muitas pessoas e autoridades.

Não resta dúvida de que a leitura básica da DUDH representou uma das maiores exigências para reflexão de alocar nossos anseios, acompanhada também da leitura da reflexão e a ligação entre os artigos expressos da DUDH. Como estratégia de motivação de leitura, todos os trabalhos em grupos e roda de conversa foram utilizados para desenvolver a competência informacional nos participantes, além do espírito crítico em argumentar as ideias.

Assim, questões problematizadoras sobre as DUDH eram levantadas e os interagentes eram motivados a encontrar soluções práticas, no intuito de se tornarem capacitados a tomar decisões, realizarem atividades afins atreladas ao brainstorm (chuva de ideias) e ao empowerment (empoderamento) – a ação social de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis.

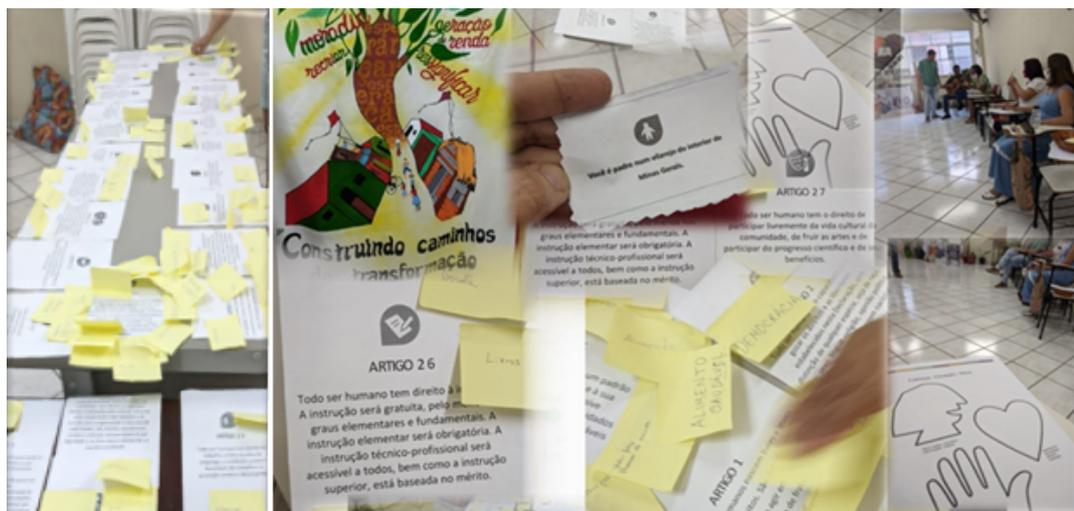
A relação letra da lei e a prática cotidiana também foram essenciais nessa capacitação, visto que seu objetivo é projetar a competência em informação. Para tanto, consolidaram-se outras atividades envolvendo a classificação de frequência, amplitude e gravidade das violações. Assim, se a vida feliz é uma questão de identidade, observa-se que violar direitos também é violar a identidade de alguém – formas de preconceitos e discriminação, expressam bem essa esfera em que se priva alguém de sua felicidade, atribuindo-se a essas práticas o senso de violência.

Visando aprimorar as atividades práticas, para visualizar os processos recomendados pela DUDH na concretização no âmbito real, debateu-se a necessidade de notificar as violações aos direitos humanos – a matriz de violação estabelece três interfaces que são: i) preconceitos, ii) privações, e iii) violências. O registro paralelo situa a frequência, o campo e a gravidade. Em síntese, mostrou-se que, no Brasil, o debate dos DUDH foi tardio tanto na participação como na adoção, afinal o país vivenciou o regime militar (1 de abril de 1964 a 5 de março de 1985), sob comando de sucessivos governos militares, sem quaisquer aberturas aos debates dos direitos.

É importante destacar, ainda, que a prática de mediação da informação no curso de capacitação foi diversificada. De um modo geral, estiveram pautadas no método estabelecido por Freire (2006, p. 67), tendo em vista desenvolver uma prática educativa conduzida pelo diálogo e pela aprendizagem compartilhada, posto que a educação “dos novos tempos deve ser comprometedora e libertadora”.

Logo, a capacitação foi sustentada pelo diálogo, pelo compartilhamento de informações e pelo respeito, consolidando uma prática democrática como ensinado por Freire (2006). Atrelado a isso, os interagentes realizaram atividades coletivas (em grupos), e os resultados e reflexões foram socializadas no salão do Cebi – ES (centro de Vitória), por meio de rodas de conversa como forma de interação.

**Figura 1** – Atividades do Curso de Direitos Humanos para Transformação Social



Fonte: os autores, Vitória, Cebi-ES, sábado 25 jun. 2022.

Em virtude desse intercâmbio entre participantes, mediado pelo (professor da Faculdade Unida de Vitória), o curso de capacitação mostra que aprender é buscar o ensino contínuo, e (re)procurá-lo. Assim, ensino “porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. Freire (2006, p. 15).

360

No caso específico da experiência aqui relatada, o objetivo maior era que as atividades oferecidas pela capacitação proporcionassem a fluidez de ideias, além de despertar para a prática da pesquisa, o compartilhamento de informações e a autorreflexão, em consonância com a realidade que cerceia os DUDH. Todavia, atrelado a essas atividades, outros debates e conversas foram realizados, por conseguinte, outros recursos também foram utilizados, com destaque especial para as leituras, compartilhamento de fotos, diálogos nas redes sociais para mostrar que a DUDH não é uma utopia e nem é uma dimensão incipiente da vida, mas algo que é criado, organizado e multipolarizado por tecnologias de poder.

Destarte, em consonância com o relato de Anna (2017, p.) também podemos “ênfatizar que, o desenvolvimento de capacidades e habilidades de pensar e aprender estruturados dentro de um ambiente adequado é necessário para promover mudanças e inovações, levando a uma melhoria significativa” dentro e fora das paredes corporativas. Em um contexto de educação democrática, o recém-formado arquivista precisa analisar as circunstâncias de cada ambiência, e, com base em uma medida estratégica, contínua e segura, deve assegurar a melhoria de serviços e das unidades de informação em prol da cidadania, do DUDH e do direito à informação e a liberdade de informação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto relatou a participação de recém-formados arquivistas escolares na Capacitação em Direitos Humanos. Considerou-se o contexto e circunstâncias manifestados na experiência de participar do Curso para Transformação Social, uma ação promovida pela Faculdade Unida do município Vitória e que tem o objetivo de capacitar os agentes sociais para agirem, dentro de suas realidades locais, no enfrentamento dos desafios socioeconômicos da sociedade brasileira contemporânea.

Os conteúdos abordados e as atividades de mediação envolvem a defesa dos direitos humanos e dos princípios cristãos. Optou-se por utilizar, ao longo do curso, compartilhamento de informações e motivar os participantes para ação, além de desenvolver conteúdos para autorreflexão e crítica da realidade, de modo a interferir na postura do profissional frente ao mercado de trabalho.

Por meio desse método, percebeu-se, ao final do curso de capacitação, a satisfação de demais participantes em desenvolver as atividades propostas, como também observou-se o engajamento com as atividades investigativas e o aumento da capacidade inovadora, argumentativa e decisória - fato que confirmou a importância das práticas de mediação da informação na formação pessoal dos sujeitos envolvidos.

Como prova dos esforços despendidos no Centro de Estudos Bíblicos do Espírito Santo ocorreu um momento de confraternização expandindo o debate sobre a 'transformação social' do DUDH, e na hora do cafezinho, pudemos comentar as questões dos DUDH como um debate necessário e urgente à Ciência da Informação. No que tange ao aprendizado sobre DUDH, adquirido pelos interagentes, constatou-se a ampliação de conhecimento, uma vez que o método utilizado pautou-se nas propostas freireanas, em que o conhecimento deve ser socializado de forma dialógica, integrada, democrática e recíproca. A relação dialógica firmada com o mediador e os outros participantes permitiu a (re)construção de valores e de opiniões por parte do conhecimento prévio da Carta Magna do Brasil e da Resolução CFB nº 207/2018, que aprova o Novo Código de Ética e Deontologia da(o) Bibliotecária(o) brasileira(o).

Além desses pontos positivos para a formação contínua para a vida, percebeu-se que o curso de capacitação apresenta valor para se pensar a missão do recém-formado arquivista. Evidenciou-se que o conhecimento adquirido coletivamente contribuiu no desenvolvimento pessoal e comunitário, frisando que as violações dos direitos humanos devem ser documentadas

## REFERÊNCIAS

ANNA, Jorge Santa. O encanto pela arquivística : relato de experiência de docência voluntária. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 4, p. 90-99, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n4.37157. Acesso em: 24 jul. 2022.

BOLÍVAR, Antonio; DOMINGO, Jesús; FERNÁNDEZ, Manuel. **La investigación biográfico-narrativa en educación: enfoque y metodología**. Madri: La Muralla, 2001. 323 p.

CHADE, Jamil. ONU pede explicação por ameaças à democracia e direitos humanos no Brasil. Notícias.**UOL**: Colunista do universo online s/a - reportagem, São Paulo, abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/04/16/onu-pede-explicacao-por-ameacas-a-democracia-e-direitos-humanos-no-brasil.htm>. Acesso em: 5 out. 2022.

COSTA, Alessandro Ferreira; LIMA, Eliane Bezerra. A Representação Do Arquivista Em Obras De Ficção: Perspectivas Do Profissional Sob O Olhar Do Cinema E Da Televisão. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 103–119, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/12586>. Acesso em: 5 out. 2022.

FERNANDES, Yrama; CANDAU, Vera. Direitos Humanos, Diferenças E Educação: desafios para o cotidiano escolar. **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 31, n. 01, p. 40–56, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i01.13436. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13436>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do; CULLETON, Alfredo Santiago. **As fases e as dimensões da vida: Lia, mas não escrevia - contos, crônicas e poesias** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS,[2014]. p. 158-161, 2014.

SOUZA, Mayk. Por Que Os Direitos Humanos São Importantes? **Plataforma digital Mídia 4P**: coletivo de Entidades Negras – CEN, Salvador, out. 2019. Disponível em: <https://midia4p.cartacapital.com.br/por-que-direitos-humanos-sao-importantes/>. Acesso em: 24 jul. 2022.